

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.258 - RJ (2019/0357073-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : FABIO JOSE ALVARENGA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto em favor de FÁBIO JOSÉ ALVARENGA – denunciado nos autos do Processo n.º 0304877-77.2015.8.19.0001 perante o Juízo da 4.ª Vara Criminal do Júri da Capital, juntamente com outro corrêu, pela suposta prática de homicídio duplamente qualificado (art. 121, § 2.º, incisos II e IV, do Código Penal), e preso preventivamente, por ocasião do recebimento da denúncia, em 29/07/2015 – contra acórdão da 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, prolatado nos autos do HC n.º 0058472-28.2019.8.19.0000, consoante a seguinte ementa (fls. 61-62):

"EMENTA – HABEAS CORPUS – PENAL – PROCESSO PENAL – HOMICÍDIO QUALIFICADO – PROVA – CONFRONTO - VIA ELEITA IMPRÓPRIA - PRISÃO PREVENTIVA – GRAVIDADE EM CONCRETO – POSSIBILIDADE – PACIENTE FORAGIDO – CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL – GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM DENEGADA

Esta Câmara tem entendimento firme no sentido de que a via estreita do habeas não é a própria para o enfrentamento e valoração do conjunto probatório, bastando para a deflagração da ação penal respectiva a prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria. O amplo enfrentamento do acervo probatório, que evidentemente só deve ser feito após a colheita da prova sob o crivo do contraditório, não pode ocorrer através desta ação constitucional que não permite dilação probatória.

Ainda que não se discuta que a prisão cautelar, aquela determinada antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, é medida de exceção que somente deve ser decretada ou mantida quando evidenciada a sua necessidade, sendo indispensável que esteja escorada em elementos concretos que ensejem a sua adoção, não satisfazendo esta exigência constitucional a simples referência à gravidade em abstrato do fato, nada impede que seja decretada em razão da gravidade em concreto da imputação respectiva. De efeito, quando a narrativa concreta do evento indicia a periculosidade do agente, a prisão pode ser

fundamentada em razão da gravidade em concreto do fato. No caso presente, restando caracterizados os requisitos da prisão cautelar, a decisão do juízo a quo que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso, devendo ser registrado que o paciente permanece foragido desde 2015 quando foi proferido o decreto prisional, fato que autoriza a medida extrema por conveniência da instrução criminal e como forma de garantir a aplicação da lei penal. Orientação jurisprudencial do STJ."

Alega a Defensoria Pública fluminense, em suma, que o Recorrente sofre constrangimento ilegal em razão da ausência de indício suficiente de autoria. Argumenta que:

"Não restam dúvidas de que o crime ocorreu, mas, não cabe prosperar a alegação de existência do necessário fumus comissi delicti para a decretação da prisão preventiva, uma vez que se trata de indicação da pessoa errada. O paciente não é o vulgo 'ALVARENGA' apontado por Juliana como executor do delito, sendo certo que tal conclusão nem precisa esperar a realização da AIJ para que seja afastada a presente imputação.

Tal assertiva pode ser demonstrada, uma vez que uma ação penal foi proposta junto ao Juízo da 4ª Vara do Tribunal do júri, gerando o processo 0174221-71.2011.8.19.0001, tratando da morte da vítima EMERSON (fato citado pela testemunha JULIANA), caso similar ao ora imputado ao paciente. Neste processo gerado na 4ª Vara Criminal, o Órgão Ministerial requereu a IMPRONÚNCIA do Acusado foi IMPRONUNCIADO, inclusive com pedido do Órgão Ministerial, tendo o Magistrado reconhecido inexistência de indícios suficientes de autoria."

Pedem, assim, "a concessão de medida liminar, a fim de corrigir-se o estado de coação que paira sob a paciente" (fl. 94). No mérito, espera que "seja concedida a ordem para restabelecer a liberdade do paciente, posto que a prisão cautelar, no caso em tela, inexistentes os requisitos legais delineados no artigo 312 do Código de Processo Penal se afigura ilegal, devendo ser expedido o consequente alvará de soltura, bem como determinado o recolhimento dos mandados de prisão expedidos" (fl. 95).

É o relatório inicial.

Decido.

Em juízo prelibatório, vejo que não estão presentes os pressupostos para a concessão da tutela de urgência requerida, notadamente a plausibilidade do direito arguido,

Superior Tribunal de Justiça

cuja demonstração, em princípio, não prescinde de um exame mais acurado sobre a existência ou não de elementos de prova suficientes para imputar a autoria do homicídio em questão.

Ademais, sabe-se que a estreita via do *habeas corpus* não se coaduna com a pretensão de reexame aprofundado do acervo probatório, devendo as alegações estarem ancoradas em documentos pré-constituídos e incontestes.

Sobressaem como válidos, outrossim, os fundamentos lançados no voto condutor do julgado ora impugnado, notadamente quando afirma que "*a análise da autoria delitiva requer amplo conhecimento probatório impossível de ocorrer por esta via restrita do writ. [...] a decisão de impronuncia proferida em outro processo não tem o condão de refletir de forma absoluta no objeto da ação penal aqui discutida*" (fl. 64).

Ademais, parece denotar o acerto da decisão a notícia de que "*o paciente permanece foragido desde 2015 quando foi proferido o decreto prisional, fato que autoriza a medida extrema por conveniência da instrução criminal e como forma de garantir a aplicação da lei penal.*"

Desse modo, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça de origem, que deverão vir acompanhadas da chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora